

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

As escolas cristãs de Jean Baptiste de La Salle e as transformações políticas e religiosas na França dos séculos XVII e XVIII

jhonatan Alves, César de Alencar Arnaut de Toledo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4353>

Submetido em: 2022-06-25

Postado em: 2022-07-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

AS ESCOLAS CRISTÃS DE JEAN BAPTISTE DE LA SALLE E AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS NA FRANÇA DOS SÉCULOS XVII E XVIII.

Jhonatan Diógenes de Oliveira Alves

Jhol_110@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4801-3321>

César de Alencar Arnaut de Toledo

caatoledo@uem.br

<https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a fundação das Escolas Cristãs e do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, iniciada por São João Batista de La Salle em 1694 na França. Apesar de comumente associados a uma instituição unicamente confessional, o que se observa na proposta pedagógica de tais escolas é um ensino reformista mas atento às necessidades sociais e que ia além da proposta tradicional de educação cristã presente nas demais instituições confessionais. La Salle arquitetou o ideal responsável pela condução das práticas pedagógicas encontradas em suas “pequenas escolas”, bem como na vida e formação dos primeiros mestres-irmãos. Sua originalidade se deu não apenas no campo pedagógico, mas também eclesial, reforçando o modelo congregacional de vida consagrada, formado exclusivamente por leigos, cujo propósito era o de prepará-los para a tarefa de alfabetizar os filhos dos pobres e artesãos, a partir de um projeto aristocrático de ensino. Em seu trabalho, juntamente com os Irmãos das escolas, o que se viu foi uma educação que, apesar da rigidez no cumprimento das regras, viabilizou uma expansão da educação elementar para os mais pobres ao longo do século XVIII especialmente na França.

Palavras-chave: Educação. La Salle. França. Século XVII. Século XVIII.

THE CHRISTIAN SCHOOLS OF JEAN BAPTISTE DE LA SALLE AND THE POLITICAL AND RELIGIOUS TRANSFORMATIONS IN FRANCE IN THE 17TH AND 18TH CENTURIES.

SUMMARY

This article aims to challenge the Institute of the Brothers of the Christian Schools, started by Saint John Baptist de La Salle in 1694 in France. Education commonly associated with an exclusively denominational educational institution, what is observed in the pedagogical proposal of such schools is a reformist teaching but focused on traditional needs and that went social education despite the other denominational institutions. La Salle created the ideal responsible for the conduction of pedagogical practices and all its schools, as well as “small in life the formation of the first master-brothers”. Its originality took place not only in the pedagogical field, but also in the ecclesiastical field, reinforcing the congregational model of consecrated life, formed exclusively by lay people, whose era of preparation for the task of teaching the children of the poor and artisans to read and write, regarding the task of literacy a aristocratic teaching project. In his work, he saw more schools, with the brothers, what he saw

was education that, although it was difficult throughout the period of elementary education for France especially.

Keywords: Education. La Salle. France. XVII century. XVIII century.

LAS ESCUELAS CRISTIANAS DE JEAN BAPTISTE DE LA SALLE Y LAS TRANSFORMACIONES POLÍTICAS Y RELIGIOSAS EN FRANCIA EN LOS SIGLOS XVII Y XVIII.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la fundación de las Escuelas Cristianas y el Instituto de los Hermanos de las Escuelas Cristianas, iniciado por San Juan Bautista de La Salle en 1694 en Francia. Aunque comúnmente asociado a una institución puramente confesional, lo que se observa en la propuesta pedagógica de tales escuelas es una enseñanza reformista pero atenta a las necesidades sociales y que iba más allá de la propuesta tradicional de educación cristiana presente en otras instituciones confesionales. La Salle creó el ideal responsable de conducir las prácticas pedagógicas que se encuentran en sus “pequeñas escuelas”, así como en la vida y formación de los primeros hermanos-maestros. Su originalidad no estuvo sólo en el campo pedagógico, sino también en el campo eclesiástico, reforzando el modelo congregacional de vida consagrada, formado exclusivamente por laicos, cuyo fin era prepararlos para la tarea de educar a los hijos de los pobres y de los artesanos, de un proyecto docente aristocrático. En su obra, junto a los Hermanos de las Escuelas, se vio una educación que, a pesar de la rigidez en el cumplimiento de las normas, hizo posible una expansión de la educación elemental para los más pobres a lo largo del siglo XVIII, especialmente en Francia.

Palabras clave: Educación. La Salle. Francia. siglo XVII. siglo XVIII.

A educação escolar na França em fins do século XVII: um ensino religioso.

Embora o processo de laicização da sociedade, do homem e das ciências na França tenham seu desenrolar histórico melhor definidos a partir de meados do século XVIII em diante, no campo pedagógico o perfil educacional vigente à época era o de uma orientação religiosa e cristã. O século XVIII é considerado como o período das Luzes e foi graças aos movimentos políticos, religiosos e pedagógicos nele produzidos, iniciados no século XVII, esses ideais revolucionários, ancorados no apoio e na mobilização popular, vieram à tona em forma de revolução em fins do século XVIII. A educação não ficaria de fora desse vasto processo de transformação social iniciada pelo Iluminismo. Juntamente com o direito e as leis e a geopolítica, possibilitou a efetivação das mudanças mais significativas no período.

Isso significa dizer que a experiência das escolas do século XVIII, ao mesmo tempo em que produziram governantes ao estilo do *Ancien Régime*, também impulsionaram o surgimento de novos líderes populares, que contestavam o modelo de educação predominante, de caráter eminentemente religioso. Pensadores iluministas como Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784) e Rousseau (1712-1778), ao discutirem acerca da educação da época, entendiam que o seu caráter religioso, além de interferir na promoção de um conhecimento autônomo, também privava o homem civil da possibilidade de questionamento sobre quem deveria se tornar. Enquanto os métodos dessa educação religiosa correspondiam às expectativas da Igreja, particularmente estabelecidas pelo Concílio de Trento (1546-1563), os pensadores iluministas a classificavam como antiquada, incapaz de formar o homem para a atividade política, pois, sua intenção era garantir que cada indivíduo permanecesse em seu lugar, sem qualquer alteração na ordem e na estrutura social, tendo em vista o fato de que o acesso à cultura letrada era privilégio de poucos. Esboçavam assim, o ideário burguês da igualdade formal entre todos.

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinando nada senão a si mesmos. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos (ROUSSEAU, 1973, p. 14).

Ocupava espaço de relevante importância nesse modelo de educação religiosa e cristã os colégios dos padres da Companhia de Jesus, os jesuítas. Estes, apesar de suas numerosas fundações e trabalhos missionários, sabiam equalizar o seu método de ensino, sempre pautado por uma vigilante disciplina e que os igualava em qualquer canto do mundo; fora o fato de serem os principais responsáveis pela educação dos nobres e burgueses, isto é, os futuros mandantes naquela sociedade (MANACORDA, 2010). Em outras palavras, a educação cristã ensinada nos colégios da Companhia de Jesus estava presente por toda a Europa, o que fortalecia a influência da igreja Católica nas instituições públicas e seus dirigentes, na cultura popular, bem como nos preceitos que norteavam a consolidação dos valores éticos e morais daquela sociedade.

O porquê de toda a autoridade e reconhecimento de escolas cristãs, como a dos jesuítas, dos oratorianos e, posteriormente, dos lassalistas, ao longo do século XVIII na França, pode ser explicado pelo fato de que, sobretudo, a partir da política existente no século XVII, conduzida

pelo governo do rei Luís XIV (1638-1715), centralizada e centralizadora, de cunho elitista. Nela não havia mobilidade social. Ele, o rei, era a própria representação do absolutismo, amante das guerras como instrumento de expansão de territórios e do poder da coroa francesa, governou de forma absolutista, com poucos conselheiros e sem um primeiro-ministro, a fim de que nada nem ninguém cobrisse o brilho que acreditava ter. Seu governo lhe rendeu a inegável fama de centralizador, isso porque, ao contrário de seus antecessores, intervinha diretamente nas decisões políticas e econômicas de seu país.

Luís costumava se envolver diretamente nos assuntos militares e, partindo do princípio de que a França estava personificada nele, passou a encarar como sua missão a imposição da influência francesa sobre todo o continente europeu. Essa atitude reforçava uma tendência estabelecida quando a França ditou os tratados de Vestfália e dos Pirineus aos países envolvidos na Guerra dos Trinta Anos, obtendo muitas concessões territoriais da Áustria e da Espanha (HORN, 1987, p.42).

Seus esforços foram, desde o princípio, para o fortalecimento de um governo centralizado em sua pessoa. Os avanços por ele conquistados trouxeram destaque à França, bem como o seu reconhecimento econômico e político por parte dos outros países da Europa que, a partir de seu reinado, viam o país com outros olhos. Todo o seu trabalho para promover uma nação forte apresentava bons resultados, o que reafirmava ainda mais a sua altivez frente aos demais príncipes e governantes. Luís acreditava-se o único responsável por todo o sucesso do formato político que paulatinamente a França ia assumindo, sendo o seu reinado um retrato de sua nobreza, “Afim, ele era neto de Henrique IV, o rei que trouxera a paz à França depois das guerras religiosas que a dividiram; era também bisneto de Filipe II, e ainda tataraneto de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico” (HORN, 1987, p. 27). Apesar dos sacrifícios pagos pelos pobres e camponeses em função de seus ideais, o governo de Luís XIV parecia caminhar muito bem.

Em 1678, o Tesouro real estava novamente cheio, as manufaturas francesas eram exportadas pelo mundo, as colônias, sobretudo as americanas, prosperavam, a guerra contra a Espanha, o Império, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia e a Inglaterra estava ganha. Depois da morte de Mazarino, o rei governava como senhor absoluto (AMARAL, 2008, p. 246)

Sua autoridade não se limitava às questões políticas e temporais, mas também alcançava as de cunho religioso nas quais se impunha enquanto personificação do Estado, que tinha como meta a unificação da França. Com isso, fatores dissonantes como, por exemplo, a presença de mais de um ideal religioso, isto é, uma religião diferente da Coroa, ou então outro líder que não fosse ele, contrastava com a intenção de promover uma nação pautada pelos ideais comuns, com um único rei, uma só lei e uma só religião. Em outras palavras, para o rei não poderia haver ninguém que estivesse acima dele.

O Rei não queria ser ofuscado por outro primeiro-ministro e por isso reinaria sem ninguém nesse cargo. Após a morte de Mazarin, o fato de não haver um homem da Igreja num alto posto também significava que a França passaria a ver no rei, e não no papa, o seu líder (HORN, 1987, p. 35).

Apesar dos avanços econômicos e políticos alcançados em seu governo, os conflitos entre protestantes e católicos ainda eram uma constante. Atos de perseguição e tortura praticados uns contra os outros, mas sobretudo contra as comunidades protestantes, resultaram na drástica diminuição de seus grupos de seguidores e numa contínua guerra civil. Tais enfrentamentos inviabilizavam o projeto unificador de Luís XIV, ao mesmo tempo que exigiam que uma nova política de enfrentamento por parte do rei a respeito da liberdade religiosa fosse tomada. Frente a tal cenário, foi abolido o Edito de Nantes, promulgado em 1598 pelo seu avô, o rei Henrique IV (STEGMANN, 1979).

O Edito de Nantes permitia a liberdade de culto aos cidadãos franceses protestantes, também conhecidos como huguenotes; o que trouxe, por um curto período, paz entre católicos e protestantes no país. No entanto, no dia 18 de outubro de 1685, o édito foi revogado e substituído pelo Edito de Fontainebleau, tornando novamente a fé católica a única religião permitida em território francês.

Apesar de tal iniciativa derivar da singular devoção de Luís XIV à fé católica, a revogação do Edito de Nantes foi um ato político. Por ele se reestabeleceu na França a primazia dos princípios católicos, o que impactou diretamente nas políticas institucionais, nos valores morais presumidamente religiosos, na cultura cristã que se fortalecia e, definitivamente, no modelo de educação que, a partir daquele ato, poderia ser ofertada (HORN, 1987). Isso explica o porquê do século XVIII ser repleto de instituições de ensino católicas: a partir de suas ideologias oficialmente reconhecidas e apoiadas pelo rei, as Ordens e Congregações religiosas tinham permissão para atuar livremente por todos os setores sociais, inclusive, na educação.

[...] a dos jesuítas é a ordem religiosa que, pondo em prática coerentemente os princípios da Contrarreforma, desenvolve um sistema orgânico de instrução que se afirma de maneira expansiva em escala mundial e lança os fundamentos da escola moderna, laica e estatal. [...] Nesse sentido, compreende-se a instituição por parte da Companhia de inúmeros colégios para religiosos, depois abertos também aos leigos, em grande parte da Europa e do mundo, que se tornam, assim, o instrumento mais eficaz para a elaboração de uma nova forma de cultura mais próxima dos princípios da Igreja católica (CAMBI, 1999, p. 261).

Apesar de também existirem escolas laicas no período, as instituições religiosas eram maioria. O Edito de Fontainebleau, além de promover a expulsão dos protestantes franceses de seu país, também fortaleceu, com incentivo ideológico, as escolas católicas em suas atividades pedagógicas, cada qual com o seu carisma e público alvo a ser atendido, porém, sempre em conformidade com os ensinamentos católicos. Sem a concorrência de grupos protestantes, a educação ficou a cargo das congregações religiosas católicas, algumas fundadas especificamente com o propósito de ensinar classes sociais específicas. Assim, a educação religiosa na França se dividiu em dois segmentos principais: as escolas primárias de caráter assistencial, ofertado às classes mais pobres, e os colégios secundaristas, responsável por formar os nobres e futuros dirigentes sociais (MANACORDA, 2010; ARIÈS, 1986). No caso das Escolas Cristãs promovidas por La Salle e seus mestres, enquadravam-se no primeiro segmento.

La Salle e as Pequenas Escolas Cristãs

Uma novidade em termos de pedagogia surgiu no século XVII, que foi a experiência das Escolas Cristãs, dirigidas desde o seu início, entre 1679 e 1680 pelo cônego João Batista de La Salle e o mestre Adriano Nyel. La Salle, fundador da Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs, mais conhecidos no Brasil como irmãos lassalistas, oficializou o trabalho da comunidade no ano de 1694, porém, sem a presença de seu colaborador Nyel, que havia abandonado o projeto para descansar em sua velhice. Ariès os define como o “apostolado educacional” que surgiu no final do século XVII na França, tendo como público alvo de todos os seus esforços educacionais, os filhos dos pobres e artesãos (ARIÈS, 1986). As Escolas Cristãs se ocupavam dessa realidade social: um período em que o índice de pobreza na França era alto e se evidenciava pelo número de mortos e famintos.

Do ponto de vista demográfico (a França) era o país mais povoado da Europa, com cerca de vinte milhões de habitantes, dos quais 80% viviam no meio rural, embora já se verificasse um constante aumento demográfico nas cidades. A expectativa de vida era muito baixa e a mortalidade infantil altíssima (LEUBET et al., 2016, p. 38).

Numa época em que sequer se cogitava a possibilidade de uma educação pública unificada e universalizada, a abertura de Escolas Cristãs fazia contraste em relação às demais instituições. O ensino promovido nas “pequenas escolas”, como eram conhecidas, era estruturado paulatinamente numa proposta de ensino polivalente, isso porque os mestres participavam de um projeto de educação declaradamente cristão e que em 1686 resultou nos primeiros votos de obediência por parte dos principais irmãos, provavelmente os diretores das escolas (VALLADOLID, 2012). Ao mesmo tempo, acumulavam em seu repertório pedagógico instrumentos seculares de ensino, como é o caso de os mestres serem orientados por La Salle a ensinarem àqueles que estivessem avançados na escrita a continuarem seus estudos por meio da leitura de registros em pergaminhos ou outros papéis escritos à mão (LA SALLE, 2012a). Isso significava duas coisas, a primeira, que parte da educação oferecida nas “pequenas escolas” utilizava de instrumentos seculares para a alfabetização, e a segunda é que a língua utilizada para tal ensino era o francês, e não mais o latim, como era costume nas instituições confessionais tradicionais.

Tais posicionamentos em relação ao modelo de ensino presente em suas escolas evidenciavam um perfil ideológico e institucional distinto, capaz de incomodar. Isso ocorria, porque, além de uma proposta de alfabetização original, o perfil de alunos atendidos pelas Escolas Cristãs também fugia à regra. Todas as classes sociais eram acolhidas em suas escolas, apesar de os irmãos terem como missão institucional o atendimento educacional aos filhos dos pobres e artesãos. Não que não houvesse outras escolas para pobres nesse período. O que não existia eram as classes nas quais pudessem ser educados junto com os nobres. A novidade desagradava tanto aos mestres calígrafos, principal grupo responsável pelo ensino daqueles que podiam pagar por suas aulas, bem como aos párocos das igrejas, que viam o número de alunos de suas turmas diminuir conforme as escolas cristãs iam surgindo.

Essa decisão de acolher pobres e ricos na mesma escola foi uma carga muito penosa que La Salle e os primeiros Irmãos tiveram que enfrentar, praticamente durante toda a vida de La Salle, pois, por conta do acesso de todas as crianças às escolas paroquiais lassalistas, houve

descontentamento, principalmente dos Mestres Calígrafos, e também dos párocos, que financiavam a abertura e manutenção de escolas em suas paróquias. As paróquias possuíam um catálogo das crianças pobres, e os Irmãos Lassalistas criaram o próprio critério de seleção dos alunos (TAGLIAVINI; PIANTKOSKI, 2013, p. 19).

Gradualmente as escolas se tornavam mais conhecidas e mais solicitadas pelo reino. Em menos de cinco anos, desde a fundação da primeira escola, mais sete foram fundadas por La Salle e administradas pelos irmãos, o que exigia maior número de mestres para atender à demanda, que ia aumentando. Como não podia contar com bons professores, tendo em vista a escassez desses profissionais e a falta de formação adequada, La Salle inaugurou, em 1686, na cidade de Reims, uma casa religiosa destinada especificamente à formação dos novos mestres, inicialmente com apenas três jovens candidatos (VALLADOLID, 2012). Até o ano de sua morte, as Escolas Cristãs estavam presentes em 27 cidades da França (NUNES, 2018).

A formação de novos mestres foi uma das principais contribuições de La Salle, não somente para as suas escolas, mas para a história da educação como um todo. Numa época em que a formação de professores se destinava aos sacerdotes e estes se ocupavam das universidades, assim como em países como a Inglaterra, onde essa profissão era odiosa e servia de refúgio àqueles que fracassavam em outras funções, La Salle protagonizou na França o primeiro registro de uma escola de formação docente destinada a leigos. Além disso, num período em que o ensino era ofertado conforme as particularidades de cada indivíduo e ou instituição que o administrasse, a profissão de professor se via desacreditada e sua prática se resumia a uma atividade secundária.

Algumas escolas eram gratuitas, mantidas por uma paróquia, por uma municipalidade ou governo da cidade ou ainda algum benfeitor, que garantiam seus custos atendendo alunos pobres; outras eram pagas, destinadas a famílias que podiam pagar professores. [...] Com relação à realidade dos mestres da época, havia uma grande escassez de pessoas disponíveis para o ofício e aqueles que, efetivamente, atuavam no magistério não possuíam formação profissional adequada. Além disso, os mestres da época realizavam outras atividades profissionais, e não perseveravam, principalmente por ser o magistério uma atividade muito desvalorizada na sociedade (LEUBET *et al.*, 2016, p. 39).

O projeto de formação de mestres leigos criado por La Salle, além de ser pioneiro na história da educação era também uma novidade naquilo que se referia ao estilo de vida consagrada assumido por ele e pelos irmãos. Com um formato religioso inovador, a Sociedade

dos Irmãos das Escolas Cristãs era e ainda é formada exclusivamente por leigos consagrados, ou seja, aqueles que não se ordenam sacerdotes. Esses homens, livres das funções do altar, do atendimento aos sacramentos e das visitas à comunidade, poderiam se ocupar integralmente com a sua formação acadêmica e com o trabalho nas escolas (NUNES, 2018).

Sem precisarem se preocupar com questões ligadas ao planejamento e sustentação de um lar, ou então despenderem seu tempo e dinheiro com aquisições de bens e planos individuais, o estilo de vida consagrada dos mestres-irmãos era um sinal das mudanças sociais e religiosas que gradualmente surgiam. A partir da profissão dos votos de castidade, pobreza e obediência, esses mestres se uniam a um ideal religioso, porém, não clerical, ao mesmo tempo em que se comprometiam exclusivamente com o trabalho pedagógico. Essa disposição voluntária, compreendida pelo cristianismo como vocação, representava um novo segmento congregacional religioso, bem como um modelo de educação, com professores dedicados exclusivamente à sua profissão e formados para exercer estratégias e modalidades próprias do ensino escolar.

Sobre as lições aplicadas nas primeiras Escolas Cristãs, estas se desdobravam em nove classes, que deveriam ser aprendidas pelos alunos, sendo as primeiras delas classificadas em três estágios de conhecimento. Da primeira à terceira lição, a leitura do primeiro livro era silabada; da quarta até a quinta lição, utilizando o segundo livro, era acrescentada à silabação, a soletração. Já na sexta lição, com o uso do terceiro livro aprendia-se a ler com pausas, ficando a sétima e oitava lição para a leitura do *Saltério* e da *Civilização Cristã*. Por fim, a nona lição era destinada exclusivamente a uma outra atividade: aprender a escrever (MANACORDA, 2010).

Esta última lição era inédita para os currículos das escolas confessionais e fora trazida pelos mestres lassalistas. Suas escolas aderiam, como parte integrante de seu currículo não somente à leitura, mas também à escrita, permitindo que o seu aprendizado ocorresse sequencialmente, como última lição. Essa definição de ensino cumpria com a necessidade moderna da educação, possibilitando uma formação, nesses termos, integral e vantajosa para o sujeito que saía apto para uma “[...] aculturação religiosa e moral e uma pré-aprendizagem das profissões artesanais mercantis” (MANACORDA, 2010, p. 282-283). Assim estruturado, esse modelo de ensino oferecia instrumentos teóricos capazes de serem úteis frente às novas exigências sociais e econômicas, permitindo que os sujeitos, sobretudo os mais pobres, tivessem acesso a saberes além do currículo proposto, bem como uma profissão futura que lhes permitissem sobreviver.

O trabalho dos irmãos lassalistas em suas escolas se deu a partir dos propósitos idealizados por seu fundador e em conformidade com os ensinamentos da fé católica. Foi o que escreveu La Salle em seu testamento, ao afirmar total submissão à Igreja, tanto de sua parte quanto da dos irmãos da Sociedade das Escolas Cristãs, que dela jamais deveriam se apartar (LA SALLE, 2012a). No entanto, vê-se em seu trabalho com os pobres aquilo que fugia à regra e não se encontrava comumente nas demais escolas conduzidas por religiosos. Em outras palavras, na proposta pedagógica de La Salle “[...] o velho e o novo se misturam de maneira singular” (MANACORDA, 2010, p. 286). Essa característica fazia de suas escolas locais de oportunidade para ascensão social.

É o caso, por exemplo, da escolha de La Salle em priorizar que a alfabetização ocorresse em francês. Fugindo à tradição presente nas escolas elementares, de primeiro ensinar o aluno a ler textos em latim e, posteriormente, na língua materna, La Salle adotou o método contrário, alterando a ordem de ensino em suas escolas. Tal posicionamento foi questionado, em 1701, por Dom Godet de Marais (1647–1709), Bispo de Chartres, que não concordava com o método de ensino dos irmãos (VALLADOLID, 2012). Em resposta aos seus questionamentos, La Salle escreveu uma memória em favor da literatura em francês, na qual elencou suas justificativas para aderir nos primeiros estágios de formação ao ensino da língua materna. Um dos trechos dessa memória se apresenta da seguinte forma:

Assim sendo, eis os inconvenientes que resultam caso se inicie ensinando-lhes a leitura pelo latim: retiram-se antes de haver aprendido a ler em francês ou de saber fazê-lo corretamente. Ao deixá-la, só sabem ler imperfeitamente o latim e, em pouco tempo, esquecem o que sabiam, donde resulta que nunca saberão ler nem em latim nem em francês. Por último, o inconveniente mais pernicioso é que quase nunca aprendem a doutrina cristã (LA SALLE, 2012a, p. 32).

Em seus argumentos é possível identificar que sua preocupação com o ensino em francês era centrado na possibilidade de permitir que, mesmo após encerrarem o ciclo da escolarização elementar, os alunos pudessem dar continuidade às práticas rituais da fé católica que lhes haviam sido ensinadas. O cuidado de La Salle em garantir que cada um dos que frequentassem as “pequenas escolas” fossem educados de acordo com os ensinamentos da fé católica, era evidente em todos os seus escritos.

La Salle e o ideal de vida dos Irmãos e das Escolas Cristãs

A começar pelo *Guia das Escolas Cristãs*, que foi escrito por La Salle, em 1702 e impresso em 1720, têm-se claro como seriam as Escolas Cristãs em seu interior, conforme era o seu desejo. Nesse documento se observa o detalhamento presente nas recomendações feitas pelo padre fundador, no intuito de que fossem fielmente cumpridas e não incorressem em erros. O zelo por uma formação adequada de mestres-irmãos e, conseqüentemente, a oferta de um ensino de qualidade para a comunidade eram atenções que permeavam os objetivos de La Salle em seu trabalho, e que são notórios em seu *Guia*. Este documento nos faz lembrar da *Ratio Studiorum* (1599), documento dos padres jesuítas, que também traziam de maneira pormenorizada os rumos que deveria seguir a educação presente em seus colégios (FRANCA, 1952). Contudo, as indicações encontradas nos documentos lassalistas revelam os encargos com a instrução numa perspectiva ainda mais detalhada.

Podemos citar como exemplo a seguinte orientação: no *Guia das Escolas Cristãs* a maneira como deveria ser realizada a tarefa do professor de, em sala de aula, molhar a pena no tinteiro. Ele prescreveu que, ao praticar tal atividade, esta deveria ser feita com discrição, a pena deveria ter molhada somente a ponta e, ao sacudi-la, nunca o fizesse no chão. Na segunda parte do texto, vemos a defesa das virtudes do corpo: para manter os educandos em estado de graça e pureza, era dever do mestre vigiar para que evitassem o contato com meninas, não cruzassem as pernas e tampouco se tocassem por debaixo das roupas (LA SALLE, 2012c).

Mais que fundador de uma sociedade e escolas de mestres-irmãos, La Salle foi responsável pela edificação do aporte teórico que as movia e lhes dava significado. A partir da condução espiritual e intelectual, das quais encontramos registros nos documentos por ele escritos, ocorreu gradualmente não apenas o crescimento das Escolas Cristãs, mas também a influência do padre fundador na vida do povo francês. Assim como no século XVI os ensinamentos e valores pontuados por Erasmo de Roterdão (1466/69-1536) se tornaram populares e inspiravam o comportamento das pessoas, o mesmo ocorreu com os escritos de La Salle, que iam além das escolas e casas religiosas e se faziam conhecidos no meio do povo que os utilizavam como manuais de urbanidade (ARIÈS, 1986). A obra é: *Regras do Decoro e da Urbanidade Cristãos*. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1703 e ganhou muita popularidade, a ponto de ser reimpresso por diversas outras vezes.

Em vida do Fundador, esse livro teve cinco edições: 1703 (Troyes), 1708 (Paris), 1713 (Troyes?), 1715 (Ruão) e 1716 (Troyes). As duas últimas e, provavelmente, também a anterior, foram editadas em

caracteres normais, o que, como já visto, significa que já transcendiam o âmbito das Escolas Cristãs (VALLIDOLID, 2012b, p. 322).

Uma das interpretações do porquê suas obras repercutiram positivamente na comunidade externa se dá pelo fato de que, ao invés de se ocupar com preceitos institucionais, La Salle apresentou um verdadeiro curso de etiqueta, com claras indicações de comportamento a serem seguidos em ocasiões diversas. Ou seja, muitas das orientações encontradas nessa obra, que popularmente era lido como um manual de civilidade, não se limitavam ao ambiente escolar, podendo ser exercidas em outras circunstâncias, por outras pessoas que não fossem os alunos ou os Irmãos. O gênero dos livros de civilidade era importante porque fazia vislumbrar uma possibilidade de ascensão social pelo estudo e pela leitura (ARNAUT DE TOLEDO, 2008).

Do levantar-se até a hora de se deitar, as roupas a serem usadas, a moda a ser seguida conforme a idade e a classe social, a maneira de se pôr, servir-se e se retirar da mesa, a higiene pessoal, os variados modos de como de saudar e cumprimentar as pessoas e tantos outros pormenores estão descritos nas *Regras do Decoro e da Urbanidade Cristãos*, conforme vemos no trecho abaixo:

Apenas deitado, é preciso cobrir todo o corpo, fora o rosto, que sempre deve ficar descoberto. Tampouco se deve tomar postura alguma inconveniente, com a desculpa de maior comodidade, nem permitir que o pretexto de dormir melhor se sobreponha ao decoro. Não é cortes dobrar as pernas, mas deve-se estendê-las, e convém deitar-se ora de um, ora de outro lado, pois não é apropriado dormir deitado de bruços (LA SALLE, 2012c, p. 360).

Num cerimonial completo de prescrições de civilidade, o texto ainda caracteriza o modo cortês de como um cristão deveria ser simples e atento à limpeza em seu vestir e no uso de objetos como luvas, sapatos, bengala e chapéu. Há nele orientações de como se deveria entrar numa casa em que se visita, quais assuntos eram pertinentes de serem abordados e até mesmo como deveria ser o riso de um cristão (LA SALLE, 2012c). Ariès é categórico ao afirmar que o manual de educação de La Salle se destinava mais aos pais que aos próprios alunos das escolas, isso quando levamos em consideração as orientações nele dispostas, isto é, o seu conteúdo, pois, este não se referia diretamente à criança em si (ARIÈS, 1986). Isso explica o porquê dessa obra ter ido além das Escolas Cristãs e alcançado o público em geral. O sucesso

da prescrição de comportamentos era sinal das profundas transformações pelas quais passava a sociedade francesa (ELIAS, 2001).

La Salle evidenciou em seu manual de educação e civilidade um projeto de ensino aristocrático, isto é, com acentuada preocupação em reproduzir os costumes e interesses pertinentes à nobreza, da qual ele e sua família faziam parte. Os valores por ele propostos não pertenciam à realidade da grande maioria da população francesa, tampouco daqueles aos quais suas escolas atendiam. Apesar disso seus textos eram lidos, aceitos e largamente praticados.

As Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne, destinadas às escolas cristãs de meninos, de São João Batista de La Salle, publicadas em 1713, seriam reeditadas ao longo de todo o século XVIII e mesmo no início do século XIX: foi um livro durante muito tempo considerado clássico e cuja influência sobre os costumes foi sem dúvida considerável (ARIÈS, 1986, p. 147).

De fato, não é de estranhar que tais valores morais tenham sido utilizados como base para o ensino ofertado nas Escolas Cristãs. Pertencer à nobreza e ser reconhecido socialmente por possuir um título, terras e o prestígio era o desejo de muitos, sobretudo dos novos burgueses e comerciantes que, cada vez mais enriqueciam com o seu trabalho (CORBELLINI, 2002). É, portanto, compreensível que esse modelo de ensino tenha norteado todo o aspecto pedagógico presente nos documentos das “pequenas escolas”, bem como no agir de La Salle e de cada mestre-irmão.

A ação diretiva do padre fundador sobre o Instituto dos Irmãos e as escolas é incontestável, porém, não determinante! Sua educação e o legado aristocrático de sua família o fizeram um líder religioso, mas também um intelectual de sua época. Até aqui, não haveria novidades, uma vez que La Salle nada mais foi que o reflexo da educação que recebeu ao longo de sua vida acadêmica, uma educação elitista, iniciada com os estudos elementares (1661-1667), sequenciados pela Filosofia (1667-1669) e Teologia (com início em 1669). Contudo, foi a partir da relação com os primeiros mestres das escolas, ignorantes e mal formados, bem como o convívio com os filhos dos pobres e artesãos que ele se viu capaz de ressignificar não apenas o seu próprio projeto de vida, a ponto de renunciar ao canonicato e aos seus bens pessoais, mas remodelar tanto o modelo pedagógico de uma escola confessional, como o eclesiástico de uma comunidade religiosa católica.

Dois "mundos" se moveram em espaços e tempos diferentes e até antagônicos e se encontraram no decorrer desse processo de criação da Sociedade das Escolas cristãs. Foram concepções de pessoa e de vida, comportamentos e atitudes relacionais, valores e práticas religiosas e sociais, posição de cada um na estrutura social, posição de cada um no interior da Sociedade nascente, concepção de educação e ensino, pessoas com características culturais diferentes, que coincidiram no tempo e no espaço e que viveram conflitos e tensões e mútua colaboração, consolidando gradualmente uma Sociedade com especificidade original e com uma identidade nova dentro do contexto social e eclesial da época (CORBELLINI, 2002, p. 128-129).

Esse “encontro” fez das Escolas Cristãs e do formato de vida religiosa dos Irmãos um projeto reformista, no qual as necessidades dos tempos se incorporaram às tradições de uma religião, e vice-versa. Desse modo, não seria correto afirmar que a proposta de ensino lassalista se limitou a uma educação cristã, pois, esta foi instrumento de secularização e popularização dos saberes. Assim como as suas obras, destinadas inicialmente à formação de seus alunos, mas que ganharam com o tempo a simpatia popular, a educação promovida por La Salle e pelos mestres-irmãos foi além dos seus interesses evangelizadores. Como resultado de um ensino moderno e disciplinado, as Escolas Cristãs, ao ofertarem o ensino da leitura e da escrita na língua materna, simultaneamente, possibilitaram autonomia para que os sujeitos buscassem novas oportunidades de emprego no comércio, na vida militar, nas finanças e na arquitetura (NUNES, 2018).

Junta-se a esta ideia o fato de que o acesso mais universalizado à leitura e à escrita por parte dos mais pobres, poderia possibilitar a formação de cidadãos mais críticos, inclusive sobre as verdades religiosas que lhes eram impostas. Foi o que não tardou a acontecer ao longo do século XVIII, não que as “pequenas escolas” tivessem sido responsáveis pelas revoltas populares que logo atingiriam o Estado e a Igreja; porém, é certo que a educação, já no século XVII à disposição do povo, era capaz de gerar novas ideias e concepções daquilo que lhes parecesse expressão da justiça e da verdade eternas. Seu projeto educacional era adequado ao projeto burguês de indistinção entre os homens devido ao nascimento, como era determinado no Antigo Regime. O projeto burguês de sociedade previa que os homens deveriam se diferenciar pela educação, pela formação, e posteriormente, pela propriedade (MARX, 1983). Educar também significava, naquela época, formar e enformar o novo indivíduo, adequado à disciplina do trabalho feito coletivamente nas fábricas que seria necessário logo a seguir.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Catarina Costa. **A invenção da tolerância: política e guerras de religião na França do século XVI**. Rio de Janeiro, 2008, 298 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986).

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. Civilidade, puerilidade e educação. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha. **Educação na história**. São Luís: UEMA, 2008. p. 209-228.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CORBELLINI, Marcos Antônio. **A sociedade das escolas-cristãs. França 1679 a 1719: contribuição para novos olhares sobre sua origem**. São Leopoldo, 2002, 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – UNISINOS.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANCA, Leonel (S.J.) **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

LA SALLE, São João Batista de. **Obras Completas**. (volume I). Canoas: Unilasalle, 2012a.

_____. **Obras Completas**. (volume II-A). Canoas: Unilasalle, 2012b.

_____. **Obras Completas**. (volume III). Canoas: Unilasalle, 2012c.

LEUBET, A. E.; PAULY, E. L.; SILVA, V. L. Contribuições de João Batista de La Salle para a constituição da escola moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 4, p.32-63, 2016. Out/dez.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. 5 volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação no Século XVII**. 2. Edição. Campinas: CEDET, 2018.

ROUSSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

STEGMANN, André. **Édits de Guerre de Religion**. Paris: J. Vrin, 1979.

TAGLIAVINI, J. V.; PIANTKOSKI, M. A. João Batista de La Salle (1651-1719): um silêncio eloquente em torno do educador católico que modelou a escola moderna. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13, n. 53, p. 16–40, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640191>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VALLADOLID, José Mariá. Introdução geral. In: LA SALLE, São João Batista de. **Obras Completas**. (volume I). Canoas: Unilasalle, 2012.

Contribuição dos autores

Jhonatan Diógenes de Oliveira Alves: Escreveu o artigo a partir das pesquisas realizadas.

César de Alencar Arnaut de Toledo: Orientou a escrita, realizou as correções do tema e objeto de pesquisa.

Conflito de Interesses

Nós, Jhonatan Diógenes de Oliveira Alves e César de Alencar Arnaut de Toledo, autores do manuscrito intitulado “As escolas cristãs de Jean Baptiste de La Salle e as transformações políticas e religiosas na França dos séculos xvii e xviii” declaramos que possuímos () ou não possuímos (X) conflito de interesse de ordem:

(X) financeiro, (X) comercial, (X) político, (X) acadêmico e, (X) pessoal.

As relações de qualquer tipo que possam levar a conflito de interesse estão completamente manifestadas abaixo.

Maringá, sexta-feira, 24 de junho de 2022

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.